

Nada para lembrar, muito para se preocupar

(01.04.2009)

Zombar da democracia é um ranço que conquistou lugar na História, especialmente quando os que por ela um dia lutaram chegam à condição de comando. Mesmo com adaptações regionais, a zombaria que a democracia sofre por aqui provoca náuseas. Há exatos 45 anos, a ditadura militar estreava no Brasil com a promessa de ser o melhor dos regimes para aquele momento político. Uma mentira deslavada que o tempo tratou de mostrar. Mas os militares não foram no todo tão ruins. Deixaram alguns legados interessantes, mantidos longe da vitrine da fama pela truculência dos porões.

Com a ejeção de Jango do poder, em 31 de março de 1964, o Brasil passou a conhecer o peso da caneta verde-oliva, que continuadas vezes fez da democracia uma mera citação literária. Os que hoje têm menos de 50 anos sequer imaginam a extensão do estrago causado por um regime de exceção que encastelou em palácio alguns generais de pensamento retrógrado e obtuso.

Pode parecer enredo de filme aos olhos desavisados, mas só quem presenciou o abominável DOI-Codi invadindo residências em busca de opositores do regime plúmbeo é que pode opinar sobre o tema. Com o passar dos anos, depois daquele fatídico 31 de março, algumas quase imperceptíveis suavidades políticas contracenaram com a dureza contínua de um regime utópico e com vieses criminosos.

Aquela tese absurda de solução governamental serviu para que muitos que se opunham ao regime ganhassem a notoriedade necessária para, em futuro incerto, se apoderarem da cena política numa inevitável retomada da democracia. Foi o que aconteceu com os supostos corajosos que ultrapassaram as fronteiras verde-louras como forma de escapar da perseguição. Longe e sem os importunos da farda, passaram a criticar o sistema enquanto os que aqui permaneceram sofriam os contínuos desmandos da caserna. Esses, sim, corajosos com todas as letras.

Liberdade é algo tão necessário quanto o ar que respiramos. E foi nesse exato ponto que a ditadura começou a ruir, pois o mundo dava início a uma troca crescente de informações, mesmo que a maioria delas aqui chegasse com a rubrica da censura. Se na opinião dos especialistas os primeiros anos da "ditacuja" – é assim que a jornalista Marli Gonçalves se refere à ditadura brasileira – foram os piores, os últimos meses da ditadura brasileira foram idênticos ou piores que os da estréia. Com a aproximação do fim do regime militar, inúmeros foram os casos marcados por atos de violência jamais vistos, devidamente abafados para preservar a soberba militaresca da época.

Faltando pouco tempo para a reestréia da democracia, a tortura voltou a marcar as coxias de um regime criminoso que se despedia de maneira silenciosa da história política tupiniquim. As máquinas de choque retomaram o posto nos bastidores de uma ditadura moribunda. Se por um lado todo esse cenário grotesco parece ser coisa do passado, por outro é preciso lembrar que ainda há os que alcançam o êxtase ao comentar as barbáries de então. Inclusive os que dela tomaram conhecimento por livros e relatos.

Há alguns anos fui convidado para, com pessoas supostamente inteligentes, discutir formas de debelar a corrupção que campeia do Oiapoque ao Chuí, de Fernando de Noronha a Foz do Iguaçu. Naquele dia percebi que as reticências criminosas da ditadura estavam muito mais presentes na vida brasileira do que imaginara até então. Uma máquina de choque, batizada de "Pimentinha" nos anos de chumbo, era exibida com certa galhardia na estante de um imponente escritório. Lá estava como se fosse o cobiçado troféu de uma conquista magistral. Para não acender um rastilho de pólvora naquele cenário antagônico de idéias e crenças, preferi deixar o encontro sob um quase sepulcral silêncio.

Foi então que conclui que aquilo que considerava como sendo mera conjectura do meu pensamento já era uma dura e repudiante realidade. E há no Brasil muitos punhados de pessoas desse naipe, que vibram com a possibilidade da barbárie, desde que seus dogmas totalitaristas prevaleçam. E essas figuras frequentam com muita desenvoltura qualquer congregação ideológica. Tão covardes quanto preguiçosos, esses apedeutas políticos fazem o que rotulei, um dia, de oposição de controle-remoto. Condenam o status quo político a partir de mansões milionárias ou dentro de custosos carros blindados. Para que a consciência não seja arremessada na vala comum, distribuem nas esquinas algumas latas de leite em pó aos miseráveis famintos que se engalfinham pelo mimo facinoroso.

Chegar a essa conclusão não é tarefa das mais difíceis. Nessa suposta democracia que hoje nos é disponibilizada, os que falam contra algumas arbitrariedades atuais foram alimentados no ubre do regime militar. O maranhense José Sarney, presidente do Senado Federal, é uma das notórias crias dos militares. Por interesses óbvios e estritamente pessoais vestiu a casaca pelo avesso. Durante anos a fio Sarney endossou com a cumplicidade do seu silêncio a truculência militar que, mais tarde, já na democracia, ressurgiu mais amena na casa de sua filha Roseana, alvo de ação da Polícia Federal. De modo idêntico agiu Paulo Maluf, filhote político da era plúmbea, que até hoje exhibe o DNA da insanidade oficial da época. Preso recentemente sob a acusação de crimes contra o sistema financeiro, Maluf condenou com veemência o modus operandi da Polícia Federal. Seus padrinhos políticos agiam com largueza criminosa contra os opositores, mas ele, senhor da verdade (sic), deveria ser tratado como um inocente e desprotegido querubim barroco. Até Lula da Silva aparece na relação de invenções políticas do sisudo e nada manso general Golbery do Couto e Silva.

As máquinas de choque e as sessões de afogamento saíram de cena, sendo substituídas por modalidades intimidatórias recheadas de tecnologia. Grampo telefônico virou piada no mais mambembe dos botequins nacionais. Interceptar correspondências eletrônicas é brincadeira de criança ligeiramente prodígia. Ofertas milionárias de suborno é parte integrante do cotidiano político. Distribuir cargos na máquina pública tornou-se obrigação diante da necessidade de sobrevivência no meio.

Para a extensa maioria dos políticos brasileiros a consumação da ditadura só acontece com a violência física. Não posso negar que as sessões de tortura da era militar deixaram marcas indeléveis em muita gente – e afirmo isso com conhecimento de causa – mas ditadura, ou “ditacuja”, é algo muito mais amplo e condenável.

Afinal, o que é ditadura?

Ditadura é quando se usa um palanque eleitoral para aspergir promessas impossíveis de serem cumpridas. Ditadura é quando se anuncia a criação de dez milhões de empregos em quatro anos, marca ainda não alcançada após sete anos da promessa. Ditadura é quando os honorários de um marqueteiro são pagos em conta bancária no exterior. Ditadura é quando se cria um crescente curral eleitoral com esmolas sociais oficiais. Ditadura é quando se transforma em crime político o assassinato de um prefeito correligionário que discordou da destinação do dinheiro advindo da corrupção. Ditadura é quando se afirma que a saúde no país está a um passo da perfeição, enquanto quem isso garante se submete a exames médicos de rotina na rede hospitalar privada. Ditadura é quando se sufoca a voz do parlamento com a distribuição de mesadas espúrias. Ditadura é quando se anuncia a construção de 1 milhão de casas faltando pouco mais de um ano para o início da corrida eleitoral. Ditadura é quando se transforma uma polícia de estado em polícia de governo. Ditadura é quando inúmeras mentiras ganham as ruas travestidas de verdade. Ditadura é quando ocorre o aparelhamento do Estado. Enfim, ditadura é, por que não, esse populismo barato e farsante que toma conta dos mais distantes rincões verde-louros.

Hoje, os que lutaram pela democracia no passado correm atrás de indenizações milionárias, muitas delas pagas injustamente. Nada contra esse suposto direito de ter a ideologia recompensada com o dinheiro público, mas para tanto é preciso manter a coerência. E o cenário político atual mostra que isso [coerência] nem todos mantêm. Com o suado dinheiro do contribuinte os anistiados vivem cercados por aquilo que sempre condenaram. Alimentam o próprio ócio como se essa fosse uma decisão merecedora de reconhecimento. Se comparados à legião de quase 200 milhões de brasileiros, esses privilegiados nada representam em termos financeiros aos cofres oficiais, por mais polpudas que sejam as indenizações pleiteadas e pagas. Preocupação maior, e que por enquanto inexistente, recai sobre quem se responsabilizará por indenizar os milhões de torturados de hoje.

Ditadura não é um regime de exceção que tem na agressão física, covarde e desumana, o seu ápice, mas um conceito político que rotineiramente caminha na direção do totalitarismo. Depois de 64, até a eleição de Tancredo de Almeida Neves no Colégio Eleitoral, a tortura sempre foi marcada pela violência, ao passo que hoje ela acontece com a permissão da ignorância popular, sempre mantida por uma sequência de falácias palacianas.